

Conselho de Direitos Humanos: Crise Humanitária do Iêmen

Simulação das Nações Unidas 2020



Índice

1. Introdução	3
2. Origem do Islamismo	3
2.1. Xiitas e Sunitas	4
3. Situação Política do Iêmen	5
4. Crise Humanitária	7
5. Conclusão	8

1. Introdução

O Iêmen se encontra na maior crise humanitária do mundo, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU). O país vem sofrendo com constantes guerras pela regência do governo há aproximadamente uma década. A ONU calcula que 80% da população necessita de ajuda humanitária urgente, com mais de 20 milhões de pessoas em todo o país sofrendo de insegurança alimentar e cerca de 10 milhões à beira da fome.

A situação, já extrema, agravou-se em decorrência da crise do coronavírus, levando a um cenário ainda mais conturbado e com menos apoio de terceiros, visto que os outros governos e atores têm focado em suas questões internas. Caso os atores e instituições internacionais não auxiliem o país o Iêmen pode entrar em colapso, sem possibilidades de restabelecimento.

2. Origem do Islamismo

Islã significa submissão a Allah (Deus em árabe) e não pode ser entendida como uma igreja, uma seita ou uma filosofia. O Islã trata-se da mensagem revelada por Allah aos profetas escolhidos para que essa fosse levada aos povos – aqueles que seguem e pautam suas vidas regidos pela mensagem de Allah, portanto, entendem-se como muçulmanos.

O Islamismo surgiu na cidade de Meca, que atualmente pertence à Arábia Saudita, por volta do século VII da Era Cristã pelo profeta Maomé – para a religião islâmica, Maomé é considerado o último dos profetas principais. De acordo com as biografias mais antigas que se têm conhecimento, Maomé começou sua obra em 610 d.C. aos 40 anos quando ao rezar no cume de uma montanha recebeu das mãos do anjo Gabriel as escrituras sagradas. No entanto Maomé não sabia ler e escrever, logo o profeta ouvia as vontades de Allah e as repassava oralmente para seus companheiros, que as escreviam, sendo dessa forma criado o livro sagrado dos muçulmanos: o Alcorão.

No início o profeta restringia suas pregações aos mais próximos – como familiares e amigos –, porém por ordem divina Maomé começou a pregar ao povo, convertendo mercadores bastante influentes. Suas pregações criticavam o judaísmo e o cristianismo, exacerbando a vontade local por reformas nessas religiões, fato que descarretou perseguições de líderes poderosos da região que forçaram Maomé a fugir de Meca junto aos seus seguidores. Com o apoio de mercadores seguidores da mensagem do profeta, Maomé conseguiu fugir para a cidade de Medina, sendo essa viagem conhecida como Hégira, fato histórico que marca o início do calendário Islâmico.

Com maior liberdade e apoio político na região, Maomé conseguiu começar a criar as bases de sua obra em Medina, elaborando uma legislação baseada nos textos sagrados proclamados por Maomé – essa legislação estabeleceu o Jejum, o Ramadã, a quantidade de cultos que deviam ser feitos a Allah (e como deveriam ser feitos), costumes diários,

moral, além de outros assuntos políticos e jurídicos – sendo essa uma futura base para a shariah (lei islâmica).

Entre 622 e 624 d.C., os muçulmanos de Medina e os moradores de Meca travaram inúmeras pequenas batalhas, com o ápice acontecendo quando o profeta enviou um grupo de mais de 300 soldados para interceptar uma caravana de mercadores que partia da Síria em direção a Meca. Em contrapartida, Meca enviou quase 1000 homens para defender a caravana, fosse por interesse próprio na mercadoria, fosse por vingança contra os islâmicos. Entretanto, Meca contava com uma vitória fácil e, ao ver o exército muçulmano avançar, recou. Este erro custou a vida da principal liderança mecana, Amr ibn Hashim, que foi substituído por Abu Sufyan, líder da caravana interceptada – o que parecia um evento isolado teve grande importância para a história da escalada islâmica na Arábia, visto que futuramente, em 630 d.C., Abu Sufyan após várias derrotas militares contra os muçulmanos negociou a rendição pacífica de Meca, convertendo-se ao Islã e virando tenente de Maomé. No mesmo ano que Maomé conquistou Meca ele chegou à cidade de Caaba expulsando os idólatras, repudiando todos os deuses pagãos e proclamando um deus único - Alá, que poupou a Caaba e tornou-a, de um centro de peregrinação pagã, em um centro de nova fé.

Um ano depois Maomé dirige-se pela última aos seus seguidores, naquele que ficou conhecido como o sermão final do profeta, durante sua última Hajj (peregrinação santa realizada na cidade de Meca). Após a morte do profeta é dado o início do impasse que divide os muçulmanos até os dias atuais, pois Maomé não deixou herdeiros homens nem elegeu alguém para dar continuidade a sua obra, por consequência seus fiéis dividiram entre dois grupos: aqueles que acreditavam que os novos líderes deveriam ser eleitos e aqueles que acreditam que a sucessão deveria continuar sendo hereditária independente de Maomé não ter tido filhos, dessa forma o herdeiro de Maomé seria seu primo e genro Ali ibn Abi Talib.

2.1. Xiitas e Sunitas

Os Xiitas e os Sunitas são duas vertentes do Islã que discordam sobre quem deveria assumir o califado. Califado significa sucessão em árabe, esse define-se como um sistema de governo que representa a unidade e liderança do mundo islâmico onde o Califa desempenha o papel de chefe de estado, sendo o líder da Ummah (termo islâmico usado para referir-se à comunidade formada por todos os muçulmanos no mundo) e sendo responsável por aplicar a legislação islâmica no Califado.

Os Sunitas acreditam que o líder após a morte de Maomé deveria ser escolhido pelos discípulos do profeta e, desta forma, escolheram Abu Bakr, sogro de Maomé, como Califa. Bakr morreu apenas dois anos depois de tomar o poder, ao que nomeou Umar ibn al-Khattab segundo Califa. Durante o governo de Umar a religião islâmica teve uma grande expansão, com as conquistas permanentes de Irã e Iraque, Azerbaijão, Kirman, Seistan, Khurasan, Jordânia, Síria, Palestina e Egito, sendo os três últimos territórios tomados do poderoso Império Romano. Para manter os custos de guerra, porém, Umar

aumentou drasticamente os impostos, e manteve uma disciplina rígida de cortes, principalmente relacionado a liberdade de consumo dos muçulmanos. Após a morte de Umar, o já idoso Uthman ibn Affan foi designado novo Califa com o intuito do afrouxamento do rigor do governo sobre a população.

Durante a comissão eleitoral que elegeu Uthman, Abdur Rahman bin Auf, presidente da mesma, estabeleceu a condição de que o candidato ao califado iria obedecer, não apenas ao Livro de Deus e ao Sunna, mas também seguiria os regulamentos de Abu Bakr e Umar, colocando assim as obras de ambos no mesmo nível que os escritos de Deus e de seu Mensageiro. Uthman aceitou a condição, entretanto ignorou-a sumariamente após assumir o califado. Com a sua morte, em 656, Ali ibn Abi Talib, primo e genro de Maomé assumiu, de forma relutante, o califado.

Os xiitas são o grupo do Islã que acredita que o herdeiro do Maomé deveria assumir a liderança da religião, defendendo que Ali Talib, primo e genro do profeta, deveria ser o califa. Os xiitas defendem que o Maomé proclamou Ali Talib como seu sucessor num sermão público durante sua última Hajj, num templo entre Meca e Medina chamado Ghadir Khumm.

Talib foi aclamado pelo povo como o novo líder da ummah, contudo com o passar do tempo Talib começou a seguir um estilo de vida luxuoso muito diferente do tipo que Maomé pregava. Com seu novo estilo de vida, Ali Talib perdeu boa parte de seu apoio e fez muitos inimigos, entre eles destacando-se o governador da Síria Moawiya ibn Abi Sofian, que subornou diversos homens para que estes se revoltassem contra o novo califa, fazendo com que dois exércitos muçulmanos entrarem num imbróglio armado.

Ali Talib venceu essa batalha estabelecendo vantagem sobre os dissidentes, aproveitando-se da vantagem Talib continuou batalhando contra Moawiya que eventualmente clamou por paz por falta de alternativas. Talib aceitou a rendição e determinou paz, no entanto as tensões continuaram muito altas e uma cisão entre os seguidores de Talib deu-se: alguns dos seguidores acreditavam que os sírios atentaram-se contra Allah e que a guerra deveria continuar enquanto outros preferiam a manutenção da paz – aqueles que eram a favor da guerra criaram o grupo Carijitas, grupo que acreditava que qualquer homem poderia tornar-se califa caso mostra-se devoção religiosa e caráter moral – os Carijitas começaram a saquear aldeias, tornando-se assim a primeira seita dissidente islâmica. Após tentativas variadas de inibir os ataques dos Carijitas o Califa Ali Talib foi assassinado por um dos seus membros durante uma de suas orações, em Kufa.

3. Situação Política do Iêmen

O Iêmen foi liderado pelo presidente autoritário Ali Abdullah Saleh entre 1990 e 2012, eleito após a reunificação da República Democrática Popular do Iêmen (Iêmen do Sul) e

da República Árabe do Iêmen (Iêmen do Norte). Saleh era xiita zaidita, grupo étnico maioria no norte do país, enquanto no sul predomina-se a população sunita.

Em 2011, durante a Primavera Árabe variados movimentos surgiram, engendrando protestos na capital Sanaa, pedindo a Ali Abdullah Saleh que renunciasse ao cargo de presidente. Entre elas destaca-se uma grande manifestação de mais de 16.000 manifestantes que ocorreu em 27 de janeiro de 2011 na capital do Iêmen. Os protestantes estavam insatisfeitos com a baixa qualidade de vida, conflitos constantes com grupos terroristas e movimentos separatistas e a tentativa de modificar a constituição.

Devido aos protestos, Saleh anunciou que não se candidataria à reeleição em 2013 e que não passaria o poder para o filho. Contudo, esse movimento não foi suficiente. Os iemenitas continuaram a protestar contra o governo, pedindo a saída imediata do presidente. O regime agiu com extrema violência, massacrando manifestantes em Sanaa, ação que revoltou tanto o Congresso do Povo Geral (partido nacionalista), quanto do clã Sanhani – sendo que Saleh era presente em ambos.

Vários políticos renunciaram e formaram um bloco de Justiça e Desenvolvimento. Os principais comandantes militares de Sanhani se aliaram ao povo, assim como a principal família de al-Hashid (a confederação tribal mais proeminente do Iêmen), potenciais rivais dos filhos de Saleh na presidência. O Conselho de Cooperação do Golfo (Bahrain, Kuwait, Omã, Qatar, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos), apoiado pelo Ocidente, intensificou seus esforços para negociar uma solução, envolvendo um processo de transição em fases e uma anistia para o presidente e seus círculo fechado, porém Saleh se recusou em aceitar o acordo.

Com a recusa de cooperação do presidente Saleh os protestos se intensificaram, levando a um verdadeiro caos político no país. Em março do mesmo ano foi decretado estado de emergência no Iêmen e o governo tinha perdido o controle de 18 províncias - tanto a mídia quanto os outros Estados repreenderam Saleh veementemente.

Em 23 de maio, um dia após Saleh se recusar a assinar o acordo de transição, o Xequie Sadiq al-Ahmar, chefe da federação tribal Hashid, e o resto da oposição entraram em conflito armado contra as forças de segurança leais ao governo de Saleh. Os combates em Saana foram muito intensos, ao ponto de milicianos cercarem e bloquearem edifícios governamentais.

Após alguns dias de combate um cessar-fogo foi assinado por ambas as partes, contudo esse durou poucos dias, com os combates voltando ainda mais violentos posteriormente - nestes, o governo usou balas contra os manifestantes, sem poupar esforços para dissuadir os protestos. Porém, mesmo com o uso de violência o governo não conseguiu impedir o movimento comandado por al-Ahmar de tomar a sede do Congresso do Povo Geral.

Já havendo tomado a sede do partido, os manifestantes avançaram tentando tomar o Palácio Presidencial. Em 3 de junho um comando rebelde realizou um ataque na sede do

governo, atingindo Saleh e outros oficiais de altas patentes enquanto eles rezavam numa mesquita dentro do palácio. Inicialmente o presidente declarou ter se ferido apenas no pescoço, porém, relatórios indicaram que seus ferimentos eram mais graves, incluindo um colapso pulmonar e queimaduras. O presidente se refugiou na Arábia Saudita para tratar dos ferimentos, situação que possibilitou a assinatura de um novo cessar-fogo e que o vice-presidente Abd Rabbuh Mansur Al-Hadi assumisse o cargo de Saleh.

Durante os próximos três meses a violência e os conflitos armados permaneceram, sem sucesso no estabelecimento de acordos e sem a volta de Saleh para o Iêmen. Em setembro de 2011 o presidente aceitou o acordo sugerido pelo Conselho de Cooperação do Golfo que havia recusado anteriormente. Saleh concordou em transferir legalmente o cargo de presidente para seu vice Al-Hadi no prazo de 30 dias e em não concorrer às eleições de 2012 em troca de imunidade para ele e sua família. A eleição presidencial foi realizada no Iêmen em 21 de fevereiro de 2012. Hadi foi eleito com 99,8% dos votos, tomando juramento de posse no dia 25 de fevereiro de 2012. Saleh retornou para o Iêmen apenas para assistir a posse de Hadi a presidência.

A eleição de um presidente de maneira democrática sugeria uma mudança de ares no país, contudo no final de 2014 o ex-presidente Saleh aliou-se militarmente aos houthis, que previamente eram seus inimigos devido a descendência xiita de Saleh. A insurgência atacou tanto a província de Sa'dah quanto a capital para levar a cabo um golpe de estado. Em apenas cinco meses a insurgência conseguiu tomar o poder, levando a volta de Ali Abdullah Saleh como presidente do Iêmen. A situação gerou a revolta de vários países na região, como a própria Arábia Saudita que havia dado asilo a Saleh anteriormente, além de permitir que a al-Qaeda aumentasse seu poderio e base de operações no país.

O conflito escalou para seu nível mais violento e extremo em março de 2015 quando a intervenção direta de uma coligação regional composta por países como Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Estados Unidos iniciou uma campanha aérea contra os houthis e o presidente Saleh, com o objetivo de restaurar o governo de Hadi e, indiretamente, combater a presença xiitas no Iêmen.

A guerra no Iêmen estende-se desde então sem uma solução em vista, perpetuando a situação miserável do país. A situação mostra-se ainda mais grave por opor as duas maiores potências do Médio Oriente: a Arábia Saudita sunita, e o Irão xiita - que apoiam os dois lados beligerantes.

4. Crise Humanitária

O Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA) mantém pesquisas e relatórios constantes a fim de levantar números confiáveis sobre o Iêmen. A problemática mais iminente é o da fome, mais ou menos 20 milhões de

iemenitas sofrem de insegurança alimentar e 7,4 milhões de pessoas não sabem de onde vem a sua próxima refeição.

De acordo com o relatório de 7 de outubro do OCHA, quinze dos 41 principais programas humanitários das Nações Unidas foram reduzidos ou encerrados desde a crise do coronavírus, e outros 30 serão afetados nas próximas semanas, a menos que financiamento adicional seja recebido. Desde abril as agências foram forçadas a reduzir a distribuição de alimentos, cortar serviços de saúde e interromper serviços especializados. Cerca de 9 milhões de pessoas foram afetadas pelos cortes na assistência alimentar desde abril. E aproximadamente outros 1,4 milhões serão afetados a partir de dezembro, incluindo 530.000 crianças menores de 2 anos.

Em setembro, a OMS encerrou o Pacote de Serviços Mínimos (MSP) em 121 unidades, afetando aproximadamente um milhão de pessoas. Isso se soma aos 1,3 milhões de pessoas que já tinham sido privadas do seu acesso aos serviços de saúde do MSP em abril, quando a OMS teve que interromper o pagamento de incentivos de 1.800 equipes médicas que prestavam os serviços em 135 instalações. Se os recursos não forem disponibilizados até o final do ano, um total de 9 milhões de pessoas perderão o acesso aos serviços básicos de saúde.

Por enquanto os serviços de controle e resposta a surtos têm funcionado por um triz. O OCHA prevê que caso os serviços não consigam financiamento até outubro, a preparação, a vigilância e o pré-posicionamento de suprimentos para a resposta a surtos serão interrompidos em 23 províncias. Os cortes levariam ao encerramento de atividades em centros e instalações que combatem a dengue, a cólera, o sarampo e a poliomielite, afetando 18 milhões de pessoas, incluindo 6 milhões de crianças que precisam urgentemente de vacinação contra doenças mortais.

Em adição às problemáticas de fome e saúde, outras questões como o acesso à água potável, acesso a higiene adequada e a falta de saneamento básico têm sido de grande preocupação, além de contribuírem no aumento do risco de doenças transmissíveis.

Devido a essa situação de caos estima-se que 4,3 milhões de pessoas tenham fugido das suas casas, 3,3 milhões de pessoas permanecem deslocadas e cerca de um milhão regressou à sua terra. Estima-se que o resultado dessas migrações seja que aproximadamente 6,7 milhões de pessoas precisem de abrigo e de utensílios domésticos essenciais no momento actual.

5. Conclusão

As diversas guerras e conflitos marcam a história do Iêmen a aproximadamente uma década. A economia do Iêmen contraiu significativamente desde a eclosão do imbróglio, e a crise política prolongada e sem expectativas de terminar destruiu os meios de

subsistência de muitas famílias, impedindo que existem condições básicas para que os cidadãos levem vidas humanamente dignas.

Com a inesperada crise mundial gerada pelo COVID-19 a situação já crítica estourou, chegando a um ponto onde o Iêmen simplesmente irá colapsar sem ajuda humanitária básica. Acima de tudo, a mobilização dos agentes internacionais é imprescindível para o mantimento da UN Mission to Support the Hodeidah Agreement (UNMHA) funcionando, gerando assim expectativas de um futuro melhor sem conflitos em território iemenita.